

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2009:** _____

---Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e nove, nesta cidade de Esposende e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Manuel Fernando Torres Arezes, na qualidade de Primeiro Secretário e em substituição do Presidente da Mesa da mesma Assembleia. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelo Segundo Secretário da Mesa, Emídio Real de Moraes. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
Orlando Martins Capitão,
Manuel Albino Penteado Neiva,
Armando Luís Lopes Martins em substituição de Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes,
Luís Manuel Areia Loureiro Basto,
Manuel Sérgio Miranda Zão,
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,
José Manuel Neiva da Cruz,
António Veiga de Araújo,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
António Manuel Rossas Pereira,
António Pilar Ferreira,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
António Luís Faria da Costa Ribeiro,
António Viana da Cruz,
Emílio Moreira dos Santos Dias,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
José Artur Saraiva Marinho,
António Vendeiro Catarino,
António Benjamim da Costa Pereira,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
José António Sampaio Brás Lima, em substituição de António Manuel Amorim dos Santos,
José Maria Losa Esteves,
Fernando Manuel da Silva Carvalho em substituição de Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e

---Sendo vinte e uma horas e quinze minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Primeiro Secretário da Mesa, assumindo a presidência

desta, foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação da mesma Câmara. -----

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos:

António Fernando Couto dos Santos,
José Luis da Silva Ribeiro,
Manuel Fernando Lima Meira Torres e,
António Carlos Vieira da Silva

---Não compareceram inicialmente os membros:

António Maranhão Peixoto.

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Intervenção Albino Neiva, cuja intervenção vai ser transcrita:

“Permita-me Sr. Presidente da Assembleia Municipal que em primeiro lugar e daqui saúde cerca de sessenta formandos e respectivos formadores dos diversos (EFA-NS) Cursos Educação e Formação de Adultos - Nível secundário que quiseram vir a esta Assembleia Municipal cumprindo o seu papel de cidadania. Não é demais referir que se trata de um conjunto de pessoas que, já em fase adulta, quiseram enriquecer a sua formação e elevar os seus níveis de qualificação cuja base é formar-se a nível escolar mas nunca esquecendo a sua componente profissional. Estes cursos permitem, acima de tudo, que a sua experiência de adulto seja valorizada e complementada com um percurso formativo. São Adultos que, por diversas razões, interrompem os seus processos formativos integrados em sistemas educativos regulares, aos quais, muitas vezes não se adaptam.

De entre os vários temas abordados surge um de primordial importância que aborda os diferentes Direitos e Deveres - sejam eles de carácter pessoal, nas suas actividades profissionais, no contexto Institucional e, também no contexto da sociedade em geral.

Ao abordarem o tema das Instituições, e neste caso específico da Assembleia Municipal, muitas foram as surpresas quanto ao conhecimento directo do seu funcionamento e da sua importância na vida democrática das populações. Maior surpresa foi constatar que numa sessão deste órgão colegial poderiam, como cidadãos empenhados, trazer os seus problemas e preocupações, coloca-los ao Poder Político que, sempre que possível, lhe dará resposta.

Aceitaram o desafio e aqui estão.

Curiosamente o sexo feminino domina este interessado grupo.

*São jovens adultos e quiçá promissores políticos que ajudarão – porque não nesta Assembleia Municipal, a desenvolver as nossas terras.
Ser cidadão é também participar activamente nas instituições que promovem o bem-estar dos concidadãos e este lugar poderá ser um dos caminhos.*

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara
Senhores Deputados*

Se aquilo que anteriormente dissemos nos deixa felizes e nos obriga a acreditar que Portugal tem futuro, outros indicadores nos obrigam, no entanto, a sermos pessimistas e a temer que estejamos a assistir, impávidos e serenos, á sua hipoteca.

Desde já queremos felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela forma elevada, atenta e politicamente correcta que teve aquando recentes problemas de falência atingiram uma unidade industrial neste nosso concelho. A sua intervenção foi decisiva para que largas dezenas de operários vissem alguns dos seus problemas imediatos resolvidos, promovendo, como era de esperar da vossa parte, um encontro entre os parceiros, solicitando que fossem cumpridos os aspectos legais na salvaguarda dos interesses desses mesmos operários. Não quis fazer dessa desgraça bandeira antes agiu com sentido social e disso todos orgulhamos.

Também tivemos oportunidade em ouvir V. Ex.^a, num órgão de comunicação social, afirmar que está atento aos problemas sociais que podem afligir o nosso concelho, fruto de uma política desastrosa que o governo teima em seguir, afirmando que está a ser estudado um plano de contingência social, com apoios especiais a famílias que venham a conhecer o flagelo do desemprego. Não poderíamos deixar de aqui lhe dar o nosso total apoio e dizer-lhe que pode contar com o nosso Grupo Político do PSD para aprovar nesta Assembleia as medidas que achar por convenientes.

Aliás, enquanto o Poder Central – Primeiro-Ministro e Ministros se desdobram em acções meramente propagandísticas, de eficácia quase nula e sem alcance social - entretanto já numa verdadeira campanha política, vemos as Autarquias Locais, sentindo o pulsar dos seus municípios, ouvindo os lamentos daqueles que já não têm meios de sobrevivência, a estudarem formas de apoiar as famílias necessitadas, a proporem soluções que minimizem os efeitos de uma política – onde predomina a megalomania e o autismo.

Sem dúvida que Portugal se afasta cada vez mais da Europa e vamos empobrecendo alegremente. Os números e os indicadores são públicos e não têm sido contestados.

Economicamente o País está à beira do colapso. Não vemos o Governo preocupado, antes pelo contrário continuamos a assistir a discursos disparatados, sem qualquer aproximação à realidade.

Os números do desemprego cresceram assustadoramente. Cresceram as filas à porta dos Centros de Emprego. As Leis enganam os jovens e não lhes é apontado qualquer solução.

As Instituições agem a medo. Ora lhes dizem para cumprir, ora, poucas horas depois os obrigam a dar o dito pelo não dito. Até já assistimos ao regresso da Censura e do lápis azul. São os livros, as sátiras - tudo passado a pente fino. Já só falta adoptar a máxima:

- Tudo pelo Governo, nada contra o Governo.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

*Senhor Presidente da Câmara
Senhores Deputados*

As nossas preocupações são muitas.

O nosso concelho – integrado numa região economicamente problemática, pode vir a passar por momentos difíceis.

Daqui apelo ao Sr. Presidente da Câmara que esteja atento e que faça tudo o que estiver ao seu alcance para minimizar o flagelo social que grassa pelo País.

Se o Poder Central já não é capaz de ver o que se passa à sua volta, seja o Poder Local a empenhar-se e a zelar pelo bem-estar da sua população.”

Interveio seguidamente Orlando Capitão, cuja intervenção a seguir se transcreve:

“Começo para agradecer ao senhor Presidente da Câmara as informações que nos vem prestando por correio electrónico.

Dessas informações destaco, neste momento, o relatório de monitorização da orla costeira do litoral de Esposende, não porque me trouxesse qualquer novidade, mas porque fica registada uma situação que aflige as populações do litoral do concelho, de modo muito vivo os moradores no lugar da Praia, de S. Bartolomeu do Mar, situação que vai mantendo não só bens, como também algumas vidas em risco iminente.

Basta olhar para a capa desse relatório. Vê-se uma casa na iminência de cair para o mar. Só não caiu ainda porque o proprietário, por sua conta e risco, colocou entre ela e o mar pedras enormes, que têm contido a força das ondas. Se essa cai, idêntica sorte terão as casas que a ela se encontram encostadas.

São referidos nesse relatório os seguintes locais: Zona de Ofir/Bonança, Fão (junto à Ponte D. Filipe), Foz do Neiva, S. Bartolomeu do Mar, Marinhas (Praia de Rio de Moinhos) e Foz do Cávado. Não sei que critério presidiu a esta sequência. Não foi a localização geográfica nem me parece ter sido o grau de perigo. Bens em risco haverá em todos os casos, mas, em riscos de vidas, nenhum me parece de equiparar ao de S. Bartolomeu do Mar.

A evolução na praia de Mar tem já algumas dezenas de anos. Não se deu de um dia para o outro. Começou com a extracção desordenada de areias da praia, agravou-se com as obras de Viana do Castelo, a norte da Foz do Lima e com alguns esporões construídos ao longo da costa. Naturalmente, o aquecimento global fez o resto.

Mas quem podia fazer alguma coisa, durante todos esses anos, para travar a evolução e para pôr em guarda as pessoas e bens, nada ou praticamente nada fez.

Criou-se a Área de Paisagem Protegida do Litoral de Esposende. Converteu-se esta Área Protegida em Parque Natural e agora criou-se uma Polis para o Litoral Norte. Até aqui nada de relevante se fez para travar a erosão e para defender pessoas e bens. Será que a Polis vai fazer alguma coisa? A dúvida persiste.

Será que situações como a de S. Bartolomeu do Mar vão resistir até que surja uma eventual acção da Polis?

O Expresso do passado sábado, 21 de Fevereiro corrente, aponta vários programas Polis fora de prazo e acrescenta que “os relógios Polis andavam tão atrasados que acabaram por ser eliminados do mapa”.

Sobre a Barra, tive, há dias, oportunidade de apreciar um estudo de impacte ambiental do Projecto de Melhoria da Barra do Cávado, encomendado pelo IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, datado de Novembro de 2003, elaborado pela NEMUS / Gestão e Requalificação Ambiental, Lda. Das três alternativas, em análise, a primeira não me parece constituir solução do problema. Resume-se à dragagem do leito do rio. Assemelha-se, um pouco, ao enchimento da restinga com areia. O dragado, até pode contribuir para a manutenção da restinga. Mas colocar ali mais areia não será apenas uma forma de adiar o problema? Pode servir para entreter o mar. É certo que enquanto as ondas espalham a areia não causam pior mal. Mas o problema fica por resolver.

Pelo deputado Dr. José Paulo Areia de Carvalho e mais 2 deputados do CDS/PP foram feitas, em 3 de Dezembro de 2008, ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional as seguintes perguntas:

- 1. Está o Ministério a monitorizar a erosão da restinga e o assoreamento da barra de Esposende?*
- 2. Pondera a elaboração de um projecto definitivo para a reposição e preservação da restinga?*
- 3. Foi ponderada, alguma vez, a possibilidade de recurso a enrocamento?*
- 4. O que pretende fazer o Ministério relativamente ao assoreamento da barra? Está prevista alguma intervenção?*

Pelo Chefe de Gabinete do referido Ministério foi respondido que:

- “Actualmente, o ICNB não desenvolve qualquer programa de monitorização da erosão da restinga ou do assoreamento do estuário do Cávado, mas que essa entidade possui dados relativamente às alterações topo-batimétricas desse local durante os anos de 2005 e 2008”;

- “Nas diversas intervenções desenvolvidas pelo ICNB, IP na restinga do Cávado, nunca foi considerada a possibilidade de se recorrer ao enrocamento da mesma”; e

- “No âmbito das intervenções previstas pela Sociedade “Polis Litoral Norte”, encontra-se previsto um investimento na Restinga do Cávado de € 2.850.000, o qual vai ao encontro das medidas preconizadas pelo ICNB para esse local.”

Fala apenas na restinga. Não se faz nenhuma alusão à barra.

Não se diz que medidas são as preconizadas pelo ICNB para esse investimento de € 2.850.000. Dá a impressão de que nem conhece o estudo de impacte ambiental de Novembro de 2003.

Embora se trate de assuntos da responsabilidade de entidades estranhas à Câmara Municipal, não podem o Executivo Municipal nem esta Assembleia deixar de lutar pelas melhores soluções, na defesa do Município e dos seus munícipes. E, nos casos em que há vidas em risco, não deverão deixar descansar quem tem responsabilidade e meios para os solucionar.

Neste caso à responsabilidade do Município acresce a circunstância do ser sócio da Polis Litoral Norte e de participar no capital inicial desta Sociedade com um valor considerável.

Que informações poderá o senhor Presidente da Câmara adiantar sobre tudo isto?”

Seguidamente, interveio Manuel Carvoeiro que iniciou a sua intervenção dando as boas vindas aos estudantes da Escola Profissional de Esposende e aos seus professores, tendo referido que seria bom que a Assembleia Municipal tivesse sempre uma presença humana como aquela que

hoje se verifica.

Continuando no uso da palavra, fez a seguinte intervenção que vai ser transcrita:

“Em Esposende, os dias passam sem que se vislumbre qualquer plano estatégico. Nem mesmo planos estratégicos sectoriais, nomeadamente o plano estratégico de desenvolvimento turístico e o plano de desporto, anunciados até à exaustão, aparecem à luz do dia. E a prometida revisão e actualização do PDM também não aparece. Estamos perante discursos sem tradução na realidade. Mera propaganda feita, de forma exaustiva, ora no site da Câmara, ora em entrevistas e placards. Assistimos à ineficácia da maioria PSD que nos governa há 20 anos. Governação assente, no fundamental, no eleitoralismo, embora, muitas vezes encapotado. Dá-se a ideia que há projectos integrados numa linha e visão estratégica, que há linha orientadora, que há rumo. A maioria do que se vê é ao molho com muitas primeiras, segundas e terceiras pedras. Desta forma, Sr. Presidente da Câmara arrisca-se a ficar conhecido como o autarca “semeador de pedras”. Mas, projectos e propostas estruturantes não existem. Não há uma preocupação séria com o problema da desertificação dos núcleos urbanos, com a harmonia da paisagem em termos urbanísticos e arquitectónicos. Onde exista courela que dê torre de cimento, lá nasce o mostrengo do prédio, mesmo que mate as vistas ao vizinho com direitos adquiridos, ou constitua uma borradela em cenários paisagísticos e arquitectónicos onde pontifiquem, por exemplo, a bonita casa das andorinhas ou, lá mais a sul do Cavado, chalés, mosteiro e alameda com o nome de Bom Jesus, Nunca houve uma política de recuperação do envelhecimento casco histórico da cidade de Esposende e vila de Fão. Os investidores e agentes imobiliários viraram-se, antes, para o lado poente e, a emo, lá foram dunas e zonas verdes. Porque esgotado nalguns sítios do litoral este filão ou porque noutros a lei do Parque não é, como desejariam, um livre-trânsito, então vai de erguer os caixotes de betão nas aldeias do nosso concelho, descaracterizando-as. Sei que restam algumas fotografias, testemunhos doridos, para mostrar aos vindouros num dia do calendário por haver. Ora, assim tem acontecido, porque a Câmara o permite, com base num PDM que concebeu e aprovou em 1993, arredio dos interesses de Esposende e do seu património natural. A revitalização urbana, foi, de forma alucinante, ultrapassada pela voragem dos condomínios fechados.

Não há uma política de atracção de investimento e de criação de emprego. Investimento, sem destruição do nosso património natural e paisagístico, claro. Temos parques industriais, conforme afirmam publicamente empresários com nome na praça, mal dimensionados e deficiente infra-estruturados. Parques industriais, cujos terrenos são caríssimos, situação que repele investimentos. Nunca houve o rasgo, visão estratégica de criar sociedades gestoras de tais parques através de parecerias público-privadas, onde a Câmara assumisse um papel fulcral. Temos um tecido industrial assente predominantemente, no sector têxtil, sem que se vislumbrem, para o mesmo, neste contexto de atizada crise, alternativas. No primeiro e único debate, realizado neste salão nobre, sobre a revisão do PDM, falei da necessidade de repensar o rio e o mar, enquanto portas que se poderão abrir para o desenvolvimento do nosso concelho. O rio e o mar, marcas indeléveis da nossa identidade colectiva, quais plataformas para nos catapultar para um futuro mais próspero. O rio e o mar, olhados na vertente, industrial, comercial, piscatória, turística e de lazer. Por isso emerge, como o “pão para a boca” a construção da barra, obra repetidamente prometida e sempre adiada.

O marasmo por cá campeia! Entretanto, ficam as oportunidades para outros concelhos

vizinhos. Não há projectos culturais, nem condições físicas para que os mesmos possam florescer. No desporto predomina o futebol, (a casa das artes de Esposende quando será realidade?), o centro de informação e interpretação turística continua, ali, na avenida marginal, num estado deplorável sem condições de funcionalidade e adequabilidade.

Por cá, vigora a lei do improviso, da duplicação de infra-estruturas, da acção assente na lógica do imediato e da mera conjuntura.

Apesar de tudo, a mãe Natureza ainda vai consentindo que sejamos um dos seus privilégios. Até quando?”

Continuando no uso da palavra, Manuel Carvoeiro apresentou ainda uma proposta cujo teor a seguir se transcreve:

“Em Setembro de 2008, propus que esta Assembleia Municipal organizasse uma audição pública com a presença de trabalhadores, dirigentes sindicais e especialistas nas matérias laborais. Apresentei tal proposta porque, já naquela data, havia um conhecimento da existência de uma grave situação social e económica no distrito de Braga e, com particular enfoque, no Vale do Cávado, visível nas elevadas taxas de desemprego. Volvidos poucos meses, hoje constamos uma realidade mais sombria, com o acelerado encerramento de empresas. Centenas de trabalhadores são lançadas em situações muito difíceis, sendo que, nalguns casos, os despedimentos atingem famílias inteiras, conforme se verificou, recentemente em Esposende com fecho da empresa têxtil CARFER.

Então, em Setembro de 2008, a minha proposta foi chumbada. Na minha opinião tratou-se de uma errada opção deste órgão do Município. É que, a viabilidade de tal proposta teria permitido um conhecimento mais aprofundado do mundo empresarial e do trabalho. No presente, que dados rigorosos e concretos possui esta Assembleia e até a Câmara Municipal acerca da realidade social e económica de Esposende? Será que não temos a obrigação de acompanhar, de perto, tudo o que, na matéria em apreço, marcam os dias que passam no nosso concelho?

Julgo que, se em Setembro de 2008, já havia motivos ponderosos para que se promovesse a mencionada audição pública, hoje, por maioria, justifica-se uma acção mais atenta e interventiva desta Assembleia.

Assim, proponho que nesta reunião, a Assembleia Municipal, delibere:

- 1. Constituir, de forma tempestiva, um Observatório da Situação Social e Económica do Concelho de Esposende.*
- 2. Organizar, no contexto da constituição do referido Observatório, uma audição pública, com a presença de trabalhadores, empregadores, dirigentes sindicais, representantes das associações patronais, especialistas nas questões do trabalho e representantes da Igreja Católica.”*

Seguidamente interveio Mário Fernando, que, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Curvos, fez a seguinte intervenção que vai ser transcrita:

“Fomos todos surpreendidos há dias com uma incompreensível da Resulima / Ministério do Ambiente e da Câmara de Barcelos, informando a intenção de construir um aterro sanitário na freguesia de Palme, na floresta que confina com freguesias deste Concelho, Curvos, Vila

Chã e Forjães.

Queremos informar esta Assembleia Municipal que as freguesias de Curvos, Vila Chã, Forjães e Palmeira de Faro, estão solidárias com as vizinhas freguesias do Concelho de Barcelos, principalmente com as freguesias de Palme, Aldreu, Fragoso, Feitos e Vila Cova.

Não sou, nem somos contra os aterros, somos contra um aterros neste local - Área classificada como Reserva Ecológica - A maior mancha florestal dos 2 Concelhos.

Esta decisão é um atentado ao ambiente que iria afectar negativamente a produção florestal, a actividade agrícola a contaminação do solo e das águas, para além de muitos outros efeitos nefastos.

Não podemos aceitar decisões com bases economicistas e por isso exigimos estudos imparciais de impacto ambiental.

O futuro começa já hoje! É por isso que temos que estar contra este atentado contra as nossas freguesias.

No próximo Domingo realizar-se-á uma manifestação pública de repúdio, com marcha lenta de Palme a Barcelos.”

Intervenção José Felgueiras, cuja intervenção a seguir se transcreve:

“Sr. Presidente da Câmara

Ponderei muito sobre se devia ou não fazer esta intervenção.

Acabei por fazê-la, porque, no limite, acho que ainda vale a pena lutar pela reposição da verdade e no esclarecimento afirmações que, embora proferidas em circunstâncias aparentemente inócuas, devido ao contexto do período eleitoral que se avizinha, ganham outra dimensão.

Tenho como princípio que todo o homem vale por si e pelas suas acções.

Toda a gente tem o direito de ter a sua opinião. Toda a gente tem o direito de expressar o seu pensamento político, quanto mais o Presidente da Câmara da minha terra, cidadão de corpo inteiro e líder do maior Partido Político do Concelho. É um direito natural, cada vez mais esticado da nossa Constituição, embora também muitas vezes equívocado na roupagem de um novo exercício da recém descoberta Cidadania.

Nada tenho a opôr. Eu também faço juízos sobre os que me rodeiam. Mas tenho a noção dos limites!

É evidente que ninguém gosta, Sr. Presidente, de ser alvo de acusações ou insinuações injustas e ainda por cima vindas de quem sabe perfeitamente que assim não é, mesmo que depois se tente passar a esponja envenenada por cima do que foi dito, escudando-se no falacioso argumento de que «em política é assim; fora disso somos todos uma amigalhaços».

Tenho muita pena, mas comigo não é bem assim.

- Que diriam os meus amigos de bancada do PSD e naturalmente o Sr. Presidente, se eu dissesse publicamente que achava que a Câmara «fez alguma coisa em Esposende, mas que poderia ter feito mais e melhor?».

- Que diria o PSD?

- Que diria o Sr. Presidente da Câmara?

Que diria o PSD, se o Presidente do Partido Socialista acusasse os Presidentes de Junta do PSD, militantes encartados, de nada fazerem pela sua terra, nos tempos em que o PSD foi Governo.

-Que diria o PSD?

-Que diria o seu líder?

- Que diria o Sr. Presidente e o PSD, se eu algum dia relembresse aos microfones da Esposende Rádio e ao seu vasto auditório, que durante 3 anos em que o PSD governou, o Sr. Presidente nada conseguiu para Esposende, como tantas vezes se lamentou?

-Gostava, o PSD? E o Sr. Presidente?

Tenho feito o que posso, Sr. Presidente e V^a. Ex^a. sabe-o, melhor que ninguém. Não só junto do Governo, mas também de outras entidades.

Para ajudar a minha Terra e ajudá-lo a si, naturalmente e sem complexos...

Porquê e para quê tentar assacar-me responsabilidades neste campo?

Não sou eu quem vai mandar construir estádios e piscinas, rasgar estradas ou tapar os buracos das ruas... Essas competências não são minhas.

De qualquer modo, sempre procurei ajudar naquilo que posso ...

Dá vontade de perguntar,

Afinal, porque se recandidata o Sr. Presidente?

Não será para fazer mais e melhor?

E que obsessão é essa, Senhor Presidente de querer fazer da minha votação de 19 de Dezembro passado, um crime de lesa Freguesia, ou um autêntico queijo das Marinhas que eu não soube oferecer aos meus conterrâneos?

Sinceramente, não entendo o absurdo tique, do estilo - L'État c'est moi!- de querer a todo o risco a unanimidade da própria Oposição. Acabei por não perceber direito o alcance dos estragos na estratégia política de V^a. Ex^a, e muito menos o tamanho do desgosto que deixa transparecer publicamente.

Espero que não deixe de fazer o que deve ser feito na minha Terra. A Câmara não ficou com menos nem com mais dinheiro, com o sentido da minha votação. Em termos práticos não "travei" rigorosamente nada! Nada!

Trata-se, portanto, de um argumento falacioso, o seu, que não cúbica, pegue-se-lhe por onde pegar...

O senhor Presidente não precisava de me atacar para fazer sobressair as qualidades do candidato pelo PSD á Junta de Esposende.

Devia era fazer-lhe sobressair as suas qualidades pessoais, de pessoa respeitável que é...

Mas não... O próprio, á falta de melhor, reconheceu que é difícil nos tempos que correm, levar a bom termo a original e brilhantíssima ideia - pasme-se - da construção de um complexo desportivo!!!...

O mesmo candidato, com a autoridade decorrente da recente investidura, aponta o dedo e acusa em tom de reprovação: «O Presidente da Junta de Esposende não sai do Gabinete...», Senhor Presidente, eu não quero nem direi bem nem mal do seu candidato.

Mas permita que lhe faça uma pergunta, Senhor Presidente: -Quando determinada Instituição bateu no fundo, seria bom perguntar-lhe, para quem se viraram? E o porquê?! Sim, o porquê!!! E quem os ajudou a conduzir até V^a. Ex^a.

Pois essa mesma Instituição, da qual sou sócio, ainda há bem pouco levou a cabo um melhoramento de grande alcance para as crianças que já vão praticando futebol. Ainda bem que a Câmara colaborou e apoiou em tudo, o que, no mínimo, constitui o reconhecimento do bom trabalho feito.

Motivo de alegria e de orgulho, portanto.

Mas o triste, Senhor Presidente, é que o Presidente da Junta, nem sequer foi convidado a estar presente na inauguração! Elucidativo...Estrategicamente ridículo, taticamente uma nulidade Política e institucionalmente reprovável.

É o começo do “noblesse oblige”, tão característico dos pagens da abelha-mestra O futebol e a política nunca se deram bem... Mas teime nisso quem quiser. A mim entristece-me, acredite! O que esquecem é que o povo se apercebe de tudo isto...

A memória é curta para certas coisas. Mas eu refresco a do Sr. Presidente, lembrando-lhe que são esses os mesmos que ainda há bem poucos meses o acusavam de ser um Presidente ausente, que nem sequer os recebia...e que não queria saber das coisas da Terra... Isto para não dizer mais nada, porque enoja tanto servilismo, a troca de uma promessa, que, pelo conhecimento que tenho, já vai na 5ª ou 6ª edição, uma delas com entrega de projecto e tudo! E ainda falam do nariz dos outros!

Sr. Presidente: Já lho disse, em Agosto de 2004, na frente de toda a Vereação da altura, que o Povo que em mim votou, não me pediu para rastejar ou me curvar perante o poder Camarário. Assim, continuarei como até aqui: fiel a mim mesmo e aos compromissos que assumi com a população.

Gosto muito da minha Terra. Por ela sou capaz de tudo. Mas não me peçam a alma, em troca de um prato de lentilhas, ou pela ilusória sedução do meu nome em qualquer placa de latão...

Sr. Presidente da Câmara

Sr. Presidente da Assembleia.

Fiz um esforço grande para parar por aqui; mas antes de terminar, quero nesta Assembleia, fazer pela primeira vez, mesmo nestas circunstâncias, uma declaração:

- Eu tenho um sonho para concretizar, que diz respeito á minha Terra. Os esposendenses sabem qual é.

Tenho uma fé enorme em que o hei-de realizar.

Por isso, declaro daqui e á minha cidade que sou candidato pelo meu Partido, o Partido Socialista, á Assembleia da Freguesia de Esposende.”

Havendo sido apresentada uma proposta que será sujeita a votação, por decisão do Primeiro Secretário da Mesa, e sendo vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, os trabalhos foram interrompidos.

Sendo vinte e duas horas e cinco minutos, foram os trabalhos retomados, encontrando-se presentes todos os membros que se encontravam no início da sessão.

COLOCADA À VOTAÇÃO A PROPOSTA APRESENTADA POR MANUEL CARVOEIRO, FOI A MESMA REJEITADA COM 23 VOTOS CONTRA, 7 ABSTENÇÕES E 1 VOTO A FAVOR.

O PSD apresentou a seguinte declaração de voto: “Votamos contra porque, que se saiba, a Assembleia Municipal não é o órgão onde deve ocorrer concertação social. Acresce que o PSD tem a firme convicção, fundada nos factos por demais evidentes, que Esposende tem sido um exemplo a seguir em matéria de apoio social e, desta forma, estará, como sempre esteve, atenta a esta problemática. Além disso, existe um órgão concelhio, com cerca de 90 instituições, o Conselho Local de Acção Social, que é o órgão vocacionado e habilitado para esse fim”.

O PS apresentou a seguinte declaração de voto”Não votamos favoravelmente porque não se

consegue vislumbrar como iria funcionar na prática o organismo proposta, além de que não nos parece que trouxesse qualquer mais valia para o funcionamento das instituições já existentes e com competência na matéria.”.

O CDS/PP apresentou a seguinte declaração de voto: “Votamos contra porque nos termos em que a proposta é apresentada não se vê viabilidade no seu efectivo funcionamento, além de que poderia funcionar como factor desestabilizador e gerador de entropias para as instituições já existentes.”.

Sendo vinte e duas horas e quarenta minutos, foi presente o deputado Maranhão Peixoto, cuja falta até ao momento foi considerada justificada.

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, tendo o mesmo efectuado uma pequena resenha do conteúdo da mesma.

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara referiu que já não é a primeira vez que é confrontado com afirmações acerca de pretensas declarações suas, que não correspondem minimamente à verdade. Mais disse que, hoje como sempre, assume integralmente tudo o que diz, mas faz um apelo para que não se use este hábito de ir para fora desta sala comentar coisas que de facto aqui não ocorreram.

Continuando no uso da palavra disse que o Polis não tem previsão para qualquer tipo de intervenção na barra de Esposende, desde logo porque a competência para esse tipo de intervenção é do Ministério das Obras Públicas, o qual já afirmou que não possui dotação orçamental para ali intervir, a não ser uma intervenção em tudo idêntica àquela efectuada no ano passado, a qual, todos sabemos, não é solução para o problema, nem a curto, muito menos a médio longo prazo.

Ainda relacionado com o Polis referiu que tem a percepção que alguns dos projectos apresentados pelo Município de Esposende não foram aceites porque passaram a ser conflituantes com a disciplina rígida e cega do Plano de Ordenamento do PNLN, razão pela qual, entre outras, fará sentido, num futuro muito próximo, pensar e equacionar a hipótese de o Município de Esposende se excluir da sociedade Polis Litoral Norte. Mais disse que, quanto aos valores que tanto tinham sido apregoados o que se verifica é que são de muito menos monta, razões pelas quais não pode, como é óbvio, estar tão optimista como então se mostrara.

Ainda no uso da palavra disse que o deputado Manuel Carvoeiro continua com a mesma cassete, apesar de conter erros quanto à data de aprovação do PDM de Esposende, o qual é de 1994 e não de 1993 como aquele referiu. Disse ainda que, até à presente data, se continua à espera dos contributos daquele deputado para a revisão do PDM, uma vez que, pese embora tais contributos tenham sido pedidos há muito longa data, e pese embora o deputado tenha sempre achegas quanto à morosidade na revisão do PDM, certo é que, em concreto, nunca apresentou qualquer proposta.

Ainda referindo-se ao mesmo deputado disse que aproveita o facto daquele ter sempre tantas ideias em abstracto, as quais nunca seriam concretizáveis na prática, o desafia para ser candidato à Câmara Municipal.

Referindo-se às preocupações do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Curvos relativamente ao aterro sanitário, disse que as partilha e, referindo-se à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Esposende referiu que não era necessário tanto dramatismo só para anunciar que seria candidato pelo PS à Assembleia de Freguesia de Esposende, tendo ainda referido que seria bom que não se esquecesse que foi nos anos de governação do PSD que Esposende viu aprovado um enorme volume de financiamentos para obras que então foram levadas a efeito, tendo exemplificado com as obras na Zona Ribeirinha de Esposende, as Variantes, como a de Marinhas, o Centro de Saúde de Fão, entre outros.

Interveio seguidamente João Nunes cuja intervenção vai ser transcrita:

“1 - Declara a Lei 71/98 e Decreto - Lei nº 389/99, que “ O Estado reconhece o valor social do voluntariado como expressão do exercício livre de uma cidadania activa e solidária e promove e garante a sua autonomia e pluralismo.”

Estão também definidos os deveres e os direitos dos voluntários, bem como os princípios do voluntariado, que devem assentar, na solidariedade, cooperação, complementaridade, participação, gratuidade e responsabilidade.

O Partido Socialista de Esposende, alheio ao bate-boca radiofónico entre o CDS e o PSD quanto à atribuição da paternidade da proposta, congratula-se com a vontade de se criar o Banco Local de Voluntariado do Concelho de Esposende.

Sendo o voluntariado uma expressão de amor ao próximo, e sendo voluntária a decisão de quem pretende ajudar os que precisam de ajuda, o Voluntariado torna-se um compromisso, um comprometimento com as instituições e com as pessoas que precisam de auxílio, sem fazer depender do “não me apetece” de fazer “a quem me apetece” ou fazer só “quando posso”

Depois das palavras, mãos à obra que se faz tarde.

2 – Senhor Presidente da Câmara, do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia do nosso Concelho, para a execução de pequenas reparações e limpeza de vias municipais, num valor global de 260 mil euros, até podemos compreender que V.Exca. exclua a Freguesia de Esposende, apesar de, e, por razões a seguir mencionadas, nos parecer, não existir um tratamento de igualdade.

Há trabalhadores que fazem limpeza em Esposende e em Marinhas, e esses mesmos trabalhadores também executam tarefas de limpeza em vias municipais, em Freguesia beneficiada com verbas do protocolo atrás mencionado.

Ao ler a Acta nº 03 da Câmara Municipal de 29 de Janeiro 2009, na página nº 2, a justificação que o Senhor Presidente da Câmara fornece para também excluir a outra freguesia gerida pela maioria do Partido Socialista, assenta, segundo as palavras do Senhor Presidente da Câmara, na recusa de o Senhor Presidente daquela Junta de Freguesia em receber, “valores fixados, que são iguais para todas as Juntas”.

É o que lá está escrito.

Ora, como sabemos esses valores não são iguais para todas as Juntas, havendo 8 escalões com verbas diferenciadas.

A verdade é que a Câmara Municipal de Esposende, em relação a este protocolo, discrimina a Junta de Freguesia de Marinhãs, por razões, unicamente políticas.

Porque não integrou a Câmara as duas funcionárias da Junta das Marinhãs na Esposende Ambiente? Não foi isso que fez com outra junta de freguesia?

Felizmente, uma excelente gestão por parte da actual Junta de Freguesia de Marinhãs, conseguiu continuar a desiludir, os que apostavam na asfixia financeira daquela Junta.

3 – Ao ler a última página da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, acerca das “empreitadas em curso”, ressalta desde logo a referente à “alienação de 16 lotes para habitação a custos controlados”, em Belinho.

Cada lote, a preço de construção fica com um preço na ordem dos 32 mil contos, cerca de 160 mil euros.

Que casal, jovem ou não, se pode fixar no Concelho de Esposende, quando deparamos com preços desta natureza e ainda denominados de “custos controlados”?

Qual é afinal o conceito de custo controlado?”

Intervenção Orlando Capitão cuja intervenção vai ser transcrita:

“Sobre a informação escrita do senhor Presidente da Câmara não resisto a manifestar a minha estranheza pelo destino que o Executivo Municipal pretende dar ao “Castelinho” da Apúlia.

Não sou apologista da sua demolição.

Mas acho incompreensível o destino que se pretende dar-lhe. Será que a vila de Apúlia não necessita de nenhum serviço público naquela zona? Será que já dispõe, ali, por exemplo, de uma biblioteca para apoio da população local e que possa servir também os veraneantes?

Uma terra que dispõe já de um número considerável de restaurantes e de casas de bebidas, precisará de mais um estabelecimento deste género?

Será que a Câmara procura, com esta solução, fugir às despesas com as obras indispensáveis para a recuperação ou adaptação do “Castelinho”, para que este possa ser utilizado?

Mas já se pensou que, durante 20 anos, a posse deste edifício fica nas mãos do concessionário ou arrendatário?

É apenas um desabafo. Se o não fizesse, não ficaria de bem com a minha consciência.”

Intervenção seguidamente Manuel Carvoeiro que referiu que nunca se furtou ao combate político, não só, mas também neste concelho, tendo dado como exemplo a sua candidatura à Assembleia de Freguesia de Marinhãs e mesmo como candidato à Câmara Municipal, cuja votação, referiu ter sido até muito interessante.

Continuando no uso da palavra disse ainda que gostaria de ver o senhor Presidente da Câmara a ser candidato com os meios e as restrições de quem se encontra do outro lado da barricada.

Seguidamente colocou um conjunto de questões, a saber:

Quantos placards doou o PSD à Câmara Municipal de Esposende?

De quem são os placards que estão a ser colocados nas rotundas?

Qual a razão pela qual o Museu de Fão está fechado há tanto tempo?

O que pretende a Câmara Municipal fazer com a necrópole de Fão?

Até quando se vai assistir às reiteradas promessas de construção da barra?

Ainda no uso da palavra referiu que, em tempos, o senhor Presidente da Câmara se referiu nesta mesma Assembleia ao Polis Litoral Norte como a grande auto-estrada para fazer uma completa revolução no concelho de Esposende e, agora, vem dizer que afinal já não há dinheiro naquele programa e que até já se pondera a hipótese de abandonar a sociedade.

Seguidamente questionou sobre o ponto de situação do Estudo Estratégico para o Turismo e também qual o ponto de situação do Estudo Estratégico para o Desporto.

A este propósito disse que a Câmara Municipal de Vendas Novas, de governação da CDU, encomendou um estudo de desenvolvimento estratégico ao Prof. Augusto Mateus e, no prazo de nove meses já estava a implementar o mesmo, ao passo que aqui, o estudo foi adjudicado a uma instituição de ensino superior, o IPCA, e, até agora, nada.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Câmara tendo dito que, como já explicou por diversas vezes, a competência para proceder à limpeza e pequenas obras de conservação nas vias é da Câmara e, desde há longa data, a Câmara tem vindo a delegar essa competência nas juntas de freguesia, o que, não sendo uma obrigação, tem vindo a surtir efeito. Contudo, há três anos, a Câmara propôs a todas as juntas a celebração de novo protocolo, tendo para o efeito fixado valores como contrapartida pelo exercício dessa competência, as quais, em termos proporcionais, eram iguais para todas as juntas. E foi o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas que comunicou à Câmara que, por aqueles valores, não conseguia efectuar a tarefa, não aceitando pois os termos do protocolo. Então a Câmara decidiu entregar essa tarefa à EAmb e, só quando tal já estava decidido é que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas veio dizer que, afinal, já podia executar a tarefa. Entretanto a tarefa tem vindo a ser assegurada pela EAmb, com menos custos e com melhor qualidade do que aquela que havia quando a tarefa era assegurada pela Junta de Freguesia, como de resto se pode aferir pelo estudo de opinião efectuado junto da população servida. É só por essas razões, e não outras, que não tem vindo a ser delegada tal competência na Junta de Freguesia de Marinhas.

Quanto às habitações, supostamente a custos controlados em Belinho disse que existe de facto um erro na denominação da obra, até porque para ser considerada habitação a custos controlados os projectos e os preços a praticar teriam de ser de acordo com regras impostas pelo INH e já se verificou que, para esse tipo de construção não existe mercado em Esposende. Trata-se pois de habitações a preços mais baixos do que aqueles correntes no mercado tentando atingir um público alvo que, não tendo condições financeiras para aquisição de casa a preços correntes no mercado, também não está interessado no tipo de habitação denominada de social.

Relativamente ao Castelinho em Apúlia, disse que, pese embora respeite a opinião do deputado Orlando Capitão, não pode concordar com ela, desde logo porque, desde há muito tempo que aquele edifício tinha um uso afecto à área de restauração e bebidas e, como tal, faz sentido que assim continue, mas e sobretudo, entende que quando se faz um equipamento público este deve

ser pensado de raiz para esse efeito por forma a ter as condições adequadas e a rentabilidade desejada para o efeito, razão pela qual não seria adequado adaptá-lo a biblioteca, sendo ainda razão para esta decisão o facto de se entender que aquele local, com o investimento público ali efectuado, necessita de dinamização, à semelhança do que tem vindo a acontecer com a marginal de Esposende. Disse ainda que Apúlia, felizmente, tem muito e bons restaurantes o que tem representado um pólo de atracção e que, criando-se ali um outro equipamento do género, poderá trazer-se dinamização ao local e a toda a área envolvente.

Disse ainda que não tem ideia certa de quantos outdoors o PSD deu à Câmara, mas tem a certeza que todos os que foram usados na campanha foram doados, bem como tem a certeza de que nenhum deles será agora utilizado para propaganda daquele ou de outro partido, uma vez que são propriedade da Câmara Municipal e não de algum partido.

Relativamente ao Museu de Fão disse que existem várias razões para este encerramento, desde logo o facto de se estar a preparar uma nova exposição, depois o facto de terem de se realizar obras derivadas de problemas da envolvente e, depois pelo facto de ao aderir-se à Rede Portuguesa de Museus, fruto da comparticipação recebida do Programa Operacional da Cultura, isso ter trazido um conjunto enorme de constrangimentos que já levam mesmo a ponderar se não seria preferível devolver o valor da comparticipação somente para não se estar dependente e prezo no espartilho que tal significa.

Relativamente à barra disse que, a bem do processo, fez um pacto de silencia durante um tempo, pese embora entenda que é chegado o momento de alguém dizer sim, ou não, e deixar de andar a brincar com a população de Esposende.

Referindo-se ao Polis Litoral Norte, disse que estava de facto muito entusiasmado dado que o Município de Esposende tinha muitos e variados projectos a apresentar no âmbito daquele programa, contudo, sobretudo mercê dos constrangimentos trazidos pela aprovação do Plano de Ordenamento do PNLN, grande número desses projectos não chegaram sequer a ser apreciados, razão pela qual entre o deve e o haver sente que tudo não passou de um balão de ar que nos quiseram vender e que agora se está a esvaziar.

Quanto ao Estudo de Desenvolvimento Estratégico disse que a Câmara Municipal já pagou uma parte do mesmo e que, como qualquer adquirente de um bem ou de um serviço, enquanto o que se pretende adquirir não for de qualidade desejada, não se aceita, razão pela qual, e como também já teve oportunidade de informar, devolveu o estudo que foi apresentado para que o IPCA o reformule e o adeque em termos qualitativos ao desejado. Ou seja, não quer aqui trazer um floreado com uma bonita apresentação em powerpoint, mas que, na realidade, não seja concretizável.

Relativamente à necrópole informou que existe um projecto de âmbito privado onde está prevista a cedência ao domínio municipal de toda a parte da necrópole, bem como recuperação da área envolvente.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas referindo que o

que o senhor Presidente da Câmara disse não corresponde à verdade e que, o que aconteceu é que, em 2006, disse ao senhor Presidente que o valor que era proposto nem sequer chegava para pagar aos funcionários, e disso apresentou comprovativos. O senhor Presidente disse-lhe então que iria pensar e nunca mais lhe disse nada acerca do assunto, só tendo verificado que não haveria delegação de competências na Junta de Freguesia de Marinhas quando o assunto foi levada a reunião de Câmara e se verificou que aquela junta não era contemplada. Disse ainda que o estudo de que o senhor Presidente fala foi efectuado pela EAmb e, pela forma como as questões eram colocadas e pela pressão na obtenção de uma certa resposta, o resultado não poderia ser outro.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Câmara tendo referido que verifica que no PS anda tudo muito nervoso, não só pelo tom de voz usado, mas também pelos termos que são usados, tendo dito que não aceita que o tratem de mentiroso, sendo que, pelo que foi dito pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas, este acaba de confirmar que não aceitou os valores que lhe foram propostos e que eram iguais, em termos de método de cálculo, aos propostos para as restantes juntas de freguesia.

Interrompeu a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas, o qual, após várias interpelações do senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício acabou por deixar concluir a intervenção do Presidente da Câmara.

O senhor Presidente da Câmara tomou novamente o uso da palavra tendo dito que, infelizmente, existem ainda pessoas que confundem as competências dos órgãos e que a Assembleia Municipal é um órgão municipal e não um local de disputa político partidária, razão pela qual, entende por bem não se alongar com mais referências a esta matéria.

Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, tendo proposto a inclusão em extra agenda, de um assunto remetido pela Câmara Municipal e relativo ao Plano de Urbanização da Zona Industrial de Esposende, tendo solicitado ao senhor Presidente da Câmara que desse uma pequena explicação acerca do teor da proposta, o que aconteceu.

Interveio seguidamente José Felgueiras tendo questionado se a Câmara Municipal prevê algum tipo de apoio para as indústrias que se encontram na zona urbana e cujo objecto não é o mais compatível com o uso urbano, tendo o senhor Presidente da Câmara dito que esse não é o âmbito desta proposta e que tais medidas poderão sim ser inseridas no projecto de criação de um parque industrial onde todas essas empresas se poderão vir a localizar.

COLOCADO À VOTAÇÃO A INCLUSÃO DO REFERIDO ASSUNTO FOI, POR UNANIMIDADE, AUTORIZADA A SUA INCLUSÃO NA ORDEM DE TRABALHOS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes

assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

03.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2008 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia dezoito de Dezembro e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 28 VOTOS A FAVOR, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Verificaram-se 4 abstenções por, conforme declararam, não terem estado presentes. -----

03.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, DA QUAL A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

03.03 – CPCJ - ESPOSENDE - COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO ALARGADA. -----

Foi presente em sessão ofício da CPSJ - Esposende - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens onde é solicitado que a Assembleia Municipal de Esposende promova a eleição dos seus representantes naquela Comissão. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, COM 31 VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO, APROVAR A LISTA APRESENTADA E, ASSIM, NOMEAR COMO REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NAQUELA COMISSÃO ALARGADA, AOS SEGUINTE ELEMENTOS:

Dra. Ana Margarida Ferreira Morgado,
Dr. António Maranhão Peixoto.
Dr. Orlando Martins Capitão, e
Dr. João Paulo Torres

03.04 – CONSELHO ESTRATÉGICO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES. -----

Foi presente em sessão ofício da ICNB - Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P. onde é solicitado que a Assembleia Municipal de Esposende promova a

eleição do seu representante no Conselho Estratégico do Parque Natural do Litoral Norte. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

No período da discussão do presente assunto, verificou-se a apresentação de duas listas, concretamente apresentada pelo PS, à qual foi atribuída a designação de lista A, onde se propõe a designação do Dr. Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão, e outra apresentada pelo PSD, designada como lista B, e onde se propõe a designação do Dr. António Maranhão Peixoto.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTINIO SECRETO, NOMEAR COMO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE, O DR. ANTÓNIO MARANHÃO PEIXOTO.

Verificaram-se 7 votos a favor da lista A, 22 votos a favor da lista B e ainda 2 votos brancos e 1 voto nulo. -----

03.05 – REGULAMENTO DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DE GUARDA-NOCTURNO NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - PROPOSTA. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 19 de Fevereiro de 2009, solicita à Assembleia Municipal que aprove o Regulamento do Exercício da Actividade de Guarda-Nocturno no Município de Esposende. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO EM APREÇO, BEM COMO MANDAR PROCEDER À SUA PUBLICITAÇÃO. -----

03.06 – PARÓQUIA DO DIVINO SALVADOR DE FONTE BOA - PROPOSTA DE REVERSÃO DE PARCELA PARA DOMÍNIO PRIVADO. -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 19 de Fevereiro de 2009, solicita à Assembleia Municipal que autorize a desafecção do Domínio Público a parcela de terreno com a área de 77,00 m², assinalada na planta topográfica em anexo. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DESAFECTAR DO DOMÍNIO PRIVADO A PARCELA EM CAUSA, AUTORIZANDO A SUA AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO. -----

03.07 – AFECTAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO CEDIDAS PARA DOMÍNIO PÚBLICO NO ANO DE 2008 - PROPOSTA . -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de Fevereiro de 2009, foi presente na sessão proposta de afectação ao domínio público das parcelas cedidas no âmbito de operações urbanísticas para esse efeito. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, AFECTAR AO DOMÍNIO PÚBLICO AS PARCELAS DE TERRENO CONSTANTES DA PROPOSTA EM ANEXO, DADO QUE FOI ESSE O FIM PARA QUE FORAM ENTRETANTO CEDIDAS. -

03.08 – PROJECTO DA ZONA DESPORTIVA E LAZER DE FÃO - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO - PROPOSTA . -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 19 de Fevereiro de 2009 solicita à Assembleia Municipal que reconheça o Interesse Local do equipamento, nos termos e para os efeitos a que se refere a alínea d) do n.º 1 do Artigo 30.º do PDM. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Durante o período da discussão do presente assunto interveio Pedro Saleiro tendo referido que o projecto apresentado está inserido numa zona sensível, devendo a Câmara Municipal pensar e começar a aplicar medidas de compensação ambiental, como por exemplo tendentes à reflorestação da zona envolvente.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DECLARAR O INTERESSE PÚBLICO LOCAL DO EQUIPAMENTO. -----

03.09 – PROCESSO N.º 485/2007 - RUI MANUEL DE CARVALHO CORRÊA DE OLIVEIRA - DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL - PROPOSTA . -----

Foi presente na sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 19 de Fevereiro de 2009 solicita à Assembleia Municipal que reconheça o Interesse Local do equipamento, nos termos e para os efeitos a que se refere a alínea d) do n.º 1 do Artigo 30.º do PDM. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Durante o período de discussão interveio Pedro saleiro tendo dito que não percebe como pode

ser apresentada uma proposta tendente ao reconhecimento do interesse público quando o que está de facto em causa é um interesse meramente privado. Acrescentou ainda que, a vir a tomar-se uma decisão favorável à proposta, se está como que a beneficiar o infractor uma vez que é reconhecido que a obra está realizada e nem sequer existem quaisquer contrapartidas para o domínio público.

Interveio Orlando Capitão tendo dito que o equipamento já há dezenas de anos que não é utilizado para a agricultura e vê com interesse para o concelho que existam este tipo de equipamentos que até escasseiam no concelho ao contrário da proliferação existentes noutros.

Interveio Manuel Carvoeiro que referiu que, no caso em concreto, estamos perante uma proposta que ao ser viabilizada abre um precedente, razão pela qual tem grande dificuldade em anuir na aprovação da mesma.

Interveio Albino Neiva tendo dito que este projecto já tem largos anos tendo sido então apresentado como que projecto âncora do programa PETER. Disse ainda que a construção já existe e que se trata de uma área de apoio à habitação, não sendo uma nova construção, mas antes uma alteração ou afectação distinta de uso relativamente àquele que fora dado outrora e que já há muito tempo não o é.

Interveio novamente Manuel Carvoeiro tendo dito que até já foi discutido nesta Assembleia Municipal a opinião dos seus membros quanto ao uso a dar aos terrenos do Dr. Vale Lima e que gostaria, também neste caso, que fosse dado mais tempo para ser debatido e discutido.

Interveio novamente Pedro Saleiro tendo dito que se trata de uma legalização, o que denota desde logo uma postura dos proprietários para o desrespeito pelas normas vigentes, uma vez que antes efectuaram a alteração de uso e só depois colocaram a Câmara entre a espada e a parede, ou seja, reconhece o interesse público, que em seu entender é privado, e legaliza algo que de outra forma não era possível, ou deixa de haver ali um equipamento que poderá trazer alguns postos de trabalho.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Câmara tendo dito que, todos sabem que se trata de uma legalização, uma vez que aquele uso já é dado há longo tempo, tendo inclusive estado ali presente numa cerimónia pública um Secretário de Estado do Turismo do Governo PS, na qual também esteve presente, e, tratando-se de um assunto em que a consciência de cada um é que deve decidir, deverá pois ser ponderado bem o sentido e o alcance do sentido da votação.

Interveio novamente Pedro Saleiro que disse que, ao estar presente naquele evento o senhor Presidente como que cauciona obras ilegais, tendo o senhor Presidente da Câmara dito que o que está ilegal não é a obra em si, pois esta é muito antiga e não necessita de legalização, o que está sem autorização é o uso que tem vindo a ser dado.

Interveio seguidamente Ana Morgado que questionou se esta decisão terá de ser tomada pela Assembleia Municipal ou se a Câmara somente pretende o conforto de uma decisão desta.

O senhor Presidente disse que, de facto não é líquido de que tivesse de ser a Assembleia

Municipal a tomar a decisão, contudo a Câmara não se furtou à sua tomada de posição e tomou-a por unanimidade, até porque o que se pretende é tão somente uma alteração do uso que está a ser dado ao equipamento já existente e não uma nova construção ou ampliação de já existente.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, RECONHECER O INTERESSE PÚBLICO LOCAL DO EQUIPAMENTO EM APREÇO.

Verificaram-se 24 votos a favor e 8 votos contra, tendo Manuel Carvoeiro dito que pretende apresentar declaração de voto, a qual se subsume aos argumentos já aduzidos aquando da discussão do mesmo assunto. -----

03.10 - ASSUNTOS DIVERSOS DE CARÁCTER GERAL:

Não se verificou qualquer intervenção. -----

ASSUNTO EM EXTRA AGENDA:

1 – PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE ESPOSENDE / DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO LOCAL DE EQUIPAMENTOS / PROPOSTA

Foi presente na sessão uma proposta da Câmara Municipal, na qual é solicitado à Assembleia Municipal, que reconheça o interesse público local de equipamentos cujo uso seja mais adequado em zonas não habitacionais e os considere de apoio à zona industrial, designadamente equipamentos destinados a oficinas de automóveis ou similares, equipamentos de dança ou similares, equipamentos de restauração e bebidas ou similares e equipamentos para a prática desportiva in-door. -----

No período de discussão do presente assunto Ana Morgado questionou se, no âmbito destes equipamentos a considerar de interesse municipal também cabem usos comerciais.

Interveio o senhor Presidente da Câmara referindo que no âmbito da proposta cabem equipamentos que, ou pela sua dimensão, ou pela sua natureza e fim não devam ser instalados nas zonas urbanas por se entender que não existe uma compatibilidade com este uso ou porque não é a localização adequada, logo, também cabem aí grandes superfícies comerciais.

Interveio novamente Ana Morgado referindo que, ao tomar-se esta decisão se está a legalizar situações em que não foi cumprida a legislação em vigor aplicável, designadamente o PUZIE.

O senhor Presidente da Câmara interveio, referindo que a Câmara Municipal ao autorizar a construção e mesmo ao emitir licença de utilização para fins industriais não violou qualquer

norma, o que acontece é que está a ser dado um fim diversos daquele para que a construção estava licenciada e não é a Câmara que licencia esse tipo de actividades, sendo certo que, todos certamente concordarão que existem actividades que não sendo industriais não devem contudo ser instaladas em zonas urbanas mas sim em zonas industriais, como de resto acontece na generalidade dos municípios.

Interveio Pedro Saleiro referindo que, com a deliberação pretendida, se estará a efectuar uma verdadeira alteração ao regulamento do PUZIE.

O senhor Presidente da Câmara referiu que não se trata de qualquer alteração regulamentar uma vez que o próprio regulamento prevê que a Assembleia Municipal reconheça que certos equipamentos se possam ali instalar como serviços de apoio à Zona Industrial ou de interesse público e não é mais do que isso que se está a propor, ou seja, que, relativamente a estes usos se reconheça que não é adequada a sua localização em zonas urbanas e que se reconheça o interesse público desses equipamentos por forma a que se localizem na zona industrial onde a sua localização, do ponto de vista da salvaguarda do interesse público é a mais adequada.

Interveio Pedro Saleiro referindo que existem serviços que, atendendo à sua dimensão, podem, e devem, estar localizados em zonas urbanas, até porque são uma forma de fixação das pessoas nos centros urbanos, tendo apontado como exemplo uma pequena oficina de reparação de automóveis.

Tomou a palavra Manuel Carvoeiro para dizer que esta discussão cai que nem uma luva no que disse inicialmente, ou seja, que estamos perante uma anarquia organizada e que, pese embora seja a favor do desenvolvimento e da defesa das unidades comerciais existentes no concelho, não pode caucionar situações destas.

Tomou a palavra João Nunes tendo questionado se, caso seja aprovada esta proposta, as unidades que se encontram na zona urbana e cujo uso se entende não ser compatível com o uso urbano, terão de se deslocar para as zonas industriais.

Interveio o senhor Presidente da Câmara tendo dito que não é esse o espírito nem a letra da proposta.

Colocado o assunto a votação,

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA RECONHECER O INTERESSE PÚBLICO LOCAL DE EQUIPAMENTOS CUJO USO SEJA MAIS ADEQUADO EM ZONAS NÃO HABITACIONAIS CONSIDERANDO-OS DE APOIO À ZONA INDUSTRIAL, DESIGNADAMENTE EQUIPAMENTOS DESTINADOS A OFICINAS DE AUTOMÓVEIS OU SIMILARES, EQUIPAMENTOS DE DANÇA OU SIMILARES, EQUIPAMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS OU SIMILARES E EQUIPAMENTOS PARA A PRÁTICA DESPORTIVA IN-DOOR.

Registaram-se 25 votos a favor da proposta e 7 abstenções. -----

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito os seguintes cidadãos que usaram da palavra conforme a seguir vai transcrito e nos termos do Regimento:

Maria da Guia Ribeiro que fez a seguinte intervenção:

*“Excelência,
Os grupos de Educação e Formação de Adultos - Nível Secundário, da Zensino, vem desta forma solicitar o esclarecimento sobre o seguinte assunto:
Durante as temáticas abordadas no desenrolar do nosso curso, consciencializamo-nos da importância de termos um papel activo na comunidade. Vimos assim levantar uma questão que consideramos pertinente e de interesse para a população do Concelho de Esposende.
Constatando que a Estação Rádio Naval de Apúlia está localizada em terrenos que foram expropriados à população, tendo como fim a construção da mesma.
Sabendo que, ao longo de todos estes anos, não foi possível qualquer tipo de construção na zona envolvente, facto que conduziu a uma notória divisão da freguesia, a estação se encontra neste momento à venda, e à mercê de qualquer investidor.
Tendo conhecimento dos esforços que a Autarquia tem desenvolvido, de forma a dar um destino digno à Estação Rádio Naval de Apúlia, gostaríamos de questionar o Senhor Presidente da Assembleia qual a linha de acção que a Câmara pretende implementar, e se estão, ou não, salvaguardados os interesses de Esposende e mormente da freguesia de Apúlia nesta venda.”*

Sandra Faria que fez a seguinte intervenção:

*“Excelência,
Os grupos de Educação e Formação de Adultos - Nível Secundário, da Zensino, vem desta forma solicitar o esclarecimento sobre o seguinte assunto:
Durante as nossas sessões de formação abordamos temática da indústria de exploração dos caulinos e o impacto ambiental e social que esta vem provocando, nomeadamente na freguesia de Vila Chã, concelho de Esposende.
No desenvolvimento das pesquisas, tomamos conhecimento que a legislação em vigor, especificadamente o decreto lei n.º 69/2000 de 03 de Maio e o decreto lei n.º 197/2005 de 08 de Novembro, exige que a concessão de uma exploração de caulinos integre um plano de estudos do impacto ambiental do local, no qual constem as normas que asseguram a estabilidade da saúde pública e do meio ambiente. Deverá ainda o dito plano referir as características dominantes da extracção, designadamente: a topografia da exploração, a geologia e usos dos solos, os recursos hídricos, a qualidade do ar, a flora, a fauna, o ruído, a rede viária e socioeconómica, fazendo referência ao modelo de recuperação paisagística a implementar após a exploração, nomeadamente, a reposição da cota do solo e a respectiva reflorestação da zona explorada.
Tendo em consideração o disposto no n.º 2 do Artigo 48º da Constituição da República*

Portuguesa e o n.º 1 do Artigo 26.º do Regimento da Assembleia Municipal de Esposende, solicitamos ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que se digne informar se a empresa MIBAL, concessionária da exploração dos caulinos, cumpriu e cumpre todos os trâmites legais supra citados e, caso não o faça, o que prevê a Câmara Municipal de Esposende fazer no sentido de resolver a situação?”

Maria Luisa Beleza que fez a seguinte intervenção:

*“Excelência,
Os grupos de Educação e Formação de Adultos - Nível Secundário, da Zendensino, vem desta forma solicitar o esclarecimento sobre o seguinte assunto:
No decorrer das sessões de formação, tomamos consciência da importância e necessidade em fomentar a Actividade Física e Desportiva junto das populações, tendo em conta os benefícios evidentes que um estilo de vida activo promove no bem-estar físico e psicológico dos cidadãos, tendo mesmo claras repercussões ao nível da saúde e da qualidade de vida.
Neste sentido e, após uma análise pormenorizada, verificamos existirem diversos espaços destinados à prática desportiva no concelho de Esposende, contudo, na cidade de Esposende, apenas existe um polidesportivo, cuja localização não é a ideal, o que condiciona bastante a utilização do mesmo pela população em geral.
Verificamos também que os polidesportivos existentes condicionam a prática desportiva apenas às modalidades de futebol e andebol, ficando a prática de todas as restantes modalidades desportivas apenas ao alcance de cidadãos com possibilidades financeiras, já que a sua prática depende da inscrição em clubes, ginásios e afins.
Neste sentido, gostaríamos assim de questionar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Esposende:
Sendo Esposende uma cidade com enorme potencial turístico e pertencendo à rede de Cidades Educadoras, não deveria a Câmara Municipal, de forma a fomentar a prática desportiva, procurar proporcionar à população e visitantes espaços desportivos gratuitos onde estes possam praticar diversas modalidades desportivas?”*

Ana Cristina Carvalho que fez a seguinte intervenção:

*“Excelência,
Os grupos de Educação e Formação de Adultos - Nível Secundário, da Zendensino, vem desta forma solicitar o esclarecimento sobre o seguinte assunto:
Com base nos dois indicadores económico-sociais e no indicador relacionado com o tempo de percurso das vias alternativas, parece evidente que a implementação de portagens na A28 (antiga IC1) é de todo inadequado à realidade da região.
A agravar este facto, a proibição dos veículos pesados de mercadorias em atravessar a ponte de Fão, vai, obrigatoriamente, força-los a utilizar uma via onerada. Esta condição imposta, uma vez que não há hipóteses de uma alternativa, vai agravar as condições económico-financeira das empresas, já por si debilitadas, face aos longos anos de regressão regional e aos últimos acontecimentos globais.
Contudo, o que poderá ser realmente grave e oneroso, será o aumento da sinistralidade, em termos de percas de vidas humanas e com repercussões a nível económico, financeiro e social.*

Esta sinistralidade vai acontecer pelo aumento do tráfego de uma via que não tem condições para assegurar a circulação e o escoamento de várias dezenas de milhares de veículos. Consequentemente, vai-se verificar, também, um significativo aumento de situações de atropelamento, uma vez que, desde início da IC1 que a EN13 se converteu, na sua maior parte (>75%), em rua urbana.

A título de curiosidade, pode-se referir que a EN13, no seu percurso de Viana ao Porto, tem uma extensão de 60 quilómetros e apresenta: 69 cruzamentos, 229 entroncamentos, 155 passadeiras, 16 rotundas, 24 semáforos e duas pontes que não permitem a passagem de pesados, sendo uma delas aqui em Fão, onde podemos constatar essa mesma proibição.

Por outro lado, este aumento local do tráfego irá aumentar a poluição, tanto a nível de emissão de gases, como sonora, que afectará, não só os cidadãos residentes, como também se irá repercutir negativamente no turismo.

Temos conhecimento de que esta Assembleia Municipal, juntamente com outras, nomeadamente, as de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim e Vila de Conde, já contestaram, no Parlamento, a introdução de portagens na A28.

Assim, ao abrigo do disposto do n.º 2 do Artigo 48.º da Constituição da República Portuguesa e do n.º 1 do Artigo 26º do Regimento da Assembleia Municipal de Esposende, vimos, por este meio, solicitar o seguinte esclarecimento:

Independentemente de todos os argumentos e condicionalismos que estejam, ou possam vir, ainda, a ser usados junto da Administração Central para que a A28 não seja onerada, já existe, por parte desta autarquia, um plano de contingência para ser utilizado quando, e se, tal facto se vier realmente a verificar?

Interveio o senhor Presidente em exercício da Assembleia Municipal tendo referido que grande parte das questões colocadas são da esfera de competência da Câmara Municipal pelo que deixa que as devidas respostas sejam dadas pelo seu Presidente, sendo que, relativamente às portagens deve informar a Assembleia Municipal tem acompanhado muito de perto essa problemática e existem um conjunto de acções que estão em curso conjuntamente com outros municípios, havendo já efectuados estudos relativamente ao impacto que advirá da eventual decisão de criação de portagens na A28, estudos estes que, caso se venha a desenvolver a intenção governamental nesse sentido serão apresentados e os diversos municípios tomarão um conjunto de medidas que estão a ser pensadas, ou seja, não é um assunto que esteja esquecido, assim como o não é a extracção de caulinos, o qual é matéria de acompanhamento por parte de Comissão especializada da Assembleia Municipal.

Deu de imediato a palavra ao senhor Presidente da Câmara, o qual saudou a presença e a participação activa dos formandos da Escola Profissional de Esposende, tendo dito que, relativamente à Estação Rádio Naval, felizmente, ainda não está à venda, e que a Câmara Municipal de Esposende, desde que a mesma foi desactivada, que desenvolveu um conjunto de contactos para que fosse entregue ao Município, tendo inclusive deixado à consideração do Governo a forma sob a qual tal transferência se viesse a operar, até porque entende que, tendo sido a população de Apúlia que foi expropriada do terreno na sua fase inicial, também deve ser esta a beneficiar de um equipamento público que ali possa a vir a ser instalado, referindo ainda que, pese embora a Câmara Municipal já tenha ideias quanto a potenciais usos a dar, está sempre aberta a novas ideias que possam rentabilizar aquele espaço em favor do interesse das

populações locais.

Continuando no uso da palavra referiu que, relativamente aos caulinos, a Câmara Municipal apenas licencia as construções, sendo a Administração Central que autoriza a extracção ou que concessionaria os terrenos para esse efeito quando eles são propriedade do Estado. Nesta matéria a Câmara o que tem vindo a fazer e que fará é estar atenta ao modo de execução dos contratos e da utilização e, caso se verifiquem violações aos mesmos ou à lei, denunciar esse facto para que seja ordenada a correcção.

Ainda no uso da palavra referiu que quanto aos equipamentos desportivos a cidade de Esposende não se limita à freguesia de Esposende, indo para além dela, logo, a cidade é servida por diversos equipamentos. Mais referiu que, de todo o modo, entende que existe um projecto que deve ser prioritário para o concelho, qual seja a criação de uma zona desportiva de lazer com equipamentos de utilização fácil, ou seja, onde qualquer pessoa, sem ter de pagar, pode chegar e praticar desporto, equipamento este que, certamente, terá de ser instalado na cidade.

Relativamente às portagens disse ainda o senhor Presidente da Câmara que o texto que foi aqui lido deve ser remetido ao senhor Ministro das Obras Públicas para que se saiba que a contestação e a tomada de posição não é só do poder local mas também e sobretudo da sociedade civil, tendo ainda referido que subscreve na integra o mesmo documento. Mais disse que, sobre as consequências da introdução de portagens na A28 e na hipotética alternativa da EN13, baste verificar o que aconteceu na semana passada com o acidente que ocorreu naquela via o qual, pese embora só tenha obrigado a um corte parcial da mesma gerou um completo caos no trânsito da EN13.

Sobre a mesma matéria disse que o plano de contingência que a Câmara tem é continuar a fazer pressão pelos meios adequados para fazer ver aos órgãos decisores do poder central que esta não é uma má medida, é sim uma péssima medida, pese embora, neste momento não se consiga vislumbrar muito bem qual a intenção do Governo nesta matéria, bastando para tanto verificar o resultado da reunião que hoje teve em Lisboa com a Direcção da Estradas de Portugal onde lhe foi sugerido que a EN 13 passasse a ser via municipal, ora, se assim vier a ser, como pode ser alternativa viável à A28, e, não havendo alternativa viável, como pode esta vir a ser portajada?

E mais não disse. -----

--- Não havendo mais intervenções pelo Presidente da Mesa, em exercício, foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. -----

---Sendo zero horas e quarenta minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ESPOSENDE**

**ACTA
Nº 01/2009**

**SESSÃO ORDINÁRIA
26 de Fevereiro de 2009**